



Câmara Municipal de Pontal Do Paraná

Estado do Paraná

Mensagem Nº 053/2016

Processo: 0479/2016

Anteprojeto de Lei: 051/2016 Decreto: _____ Resolução: _____

Súmula: "Institui, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, o prazo de licença-paternidade dos servidores públicos municipais".

Iniciativa do: Poder Executivo

Apresentado em: 03/06/2016

COMISSÕES TÉCNICAS

LEGISLAÇÃO J.R. _____

DATA: ____/____/____

FINANÇAS O.F. _____

DATA: ____/____/____

URBANISMO I.M. _____

DATA: ____/____/____

EDUC. C.S.A.T.M.A. _____

DATA: ____/____/____

OBS.: _____

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA EM ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA ____/____/____

EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA ____/____/____



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 1619 DE 01 DE JULHO DE 2016

Súmula: "Institui o Programa de Prorrogação para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Prorrogação da Licença Paternidade para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná.

§ 1º A prorrogação da licença-paternidade será concedida ao servidor ou empregado público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção e terá duração de quinze dias, além dos cinco dias estabelecidos no § 1º do Art. 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º O disposto nesta Lei é aplicável a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.


§ 3º Para os fins do disposto no § 2º, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos.

Art. 2º. Durante a licença-paternidade de que trata esta Lei, o servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perder o direito à licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 01 de julho de 2016.


EDGAR ROSSI
PREFEITO


RENAN DE OLIVEIRA SANTOS
PROCURADOR GERAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

Ofício nº025/2016-1L

Pontal do Paraná, 22 de junho de 2016.

Exmo. Sr.

EDGAR ROSSI

DD. Prefeito do Município de Pontal do Paraná

Assunto: Encaminhamento de Projeto

Solicitante: Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Número: 5756/2016/06 Senha Web: 19177

Protocolado em: 22/06/2016 às 08:53:09

Assunto: Informação

Sumula: Encaminhamento de Projeto de Lei nº46/16 -

1F 22/16 - 11

Senhor Prefeito:

Encaminho à Vossa Excelência, os Projetos de Lei aprovados em Sessão Ordinária no dia 21/06/2016 e autografado por esta Presidência, para providências preceituadas no Artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

Sem mais para o momento, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente.



OSEIAS LEAL
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI N.º 046/16

Súmula: "Institui o Programa de Prorrogação para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2016, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Prorrogação da Licença Paternidade para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná.

§ 1º *A prorrogação da licença-paternidade será concedida ao servidor ou empregado público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção e terá duração de quinze dias, além dos cinco dias estabelecidos no § 1º do Art. 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.*

§ 2º *O disposto nesta Lei é aplicável a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de crianças.*

§ 3º *Para os fins do disposto no § 2º, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos.*

Art. 2º. Durante a licença-paternidade de que trata esta Lei, o servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perder o direito à licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Professor Getúlio Serafim da Nascimento, em 22 de junho de 2016.

OSEIAS LEAL
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Estado do Paraná

MINUTA DO PROJETO COM A EMENDA INCLUÍDA

Súmula: "Institui o Programa de Prorrogação para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná".

Art. 1º Fica instituído o Programa de Prorrogação da Licença Paternidade para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná.

§ 1º *A prorrogação da licença-paternidade será concedida ao servidor ou empregado público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção e terá duração de quinze dias, além dos cinco dias estabelecidos no § 1º do Art. 10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.*

§ 2º *O disposto nesta Lei é aplicável a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de crianças.*

§ 3º *Para os fins do disposto no § 2º, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos.*

Art. 2º. Durante a licença-paternidade de que trata esta Lei, o servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perder o direito à licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

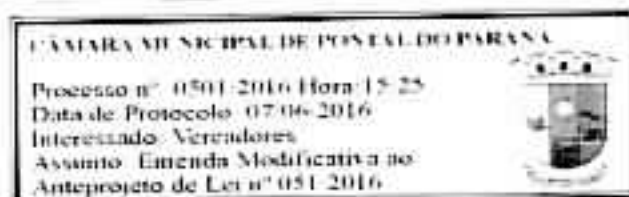


CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Professor Professor Getúlio Serafim do Nascimento

EMENDA AO ANTEPROJETO DE LEI Nº051/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores(as) Vereadores (as),



Os vereadores que a presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, submetem à apreciação do Douto Plenário a seguinte emenda ao anteprojeto de lei nº051/2016:

A Súmula do Anteprojeto de Lei nº051/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

Súmula : Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná

O art. 1º do Anteprojeto de Lei nº051/2016 passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando os demais:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Prorrogação da Licença Paternidade para os servidores e empregados públicos do Município de Pontal do Paraná.

§1º A prorrogação da licença-paternidade será concedida ao servidor ou empregado público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção e terá duração de quinze dias, além dos cinco dias estabelecidos no §1º do Art.10 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Professor Professor Getúlio Serafim do Nascimento

**§ 2º O disposto nesta Lei é aplicável a quem adotar ou
obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.**

**§ 3º Para os fins do disposto no § 2º, considera-se
criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos.**

Sala das Sessões, 07 de junho de 2016.

Adolfo Don Jones
Junior
Adolfo
Junior

[Signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº. 120/16 /GAB/PGM

Pontal do Paraná, 01 de junho de 2016.

Assunto: Encaminha Mensagem nº 053/16

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Conforme preceitua o Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada a Mensagem nº 053/2016, acompanhada do Projeto de Lei que "Institui, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, o prazo de licença-paternidade dos servidores públicos municipais"

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

EDGAR ROSSI

PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Processo nº. 0479-2016 Hora 10:45

Data de Protocolo: 03/06/2016

Interessado: Poder Executivo

Assunto: Mensagem nº 053-2016 - GAB



Excelentíssimo Senhor

OSÉIAS LEAL

Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 053/2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Institui, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, o prazo de licença-paternidade dos servidores públicos municipais"**, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

O projeto em epígrafe visa à regulamentação do art. 2º da Lei Federal 11.770/2008 (Programa Empresa Cidadã), aderindo o Município, desta forma, à extensão do benefício da licença-paternidade destinada aos servidores públicos municipais.

Diante do exposto, e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa e aprovado, na oportunidade reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.



EDGAR ROSSI
PREFEITO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Súmula: "Institui, no âmbito do Município de Pontal do Paraná, o prazo de licença-paternidade dos servidores públicos municipais."

Art. 1º. Fica instituído por 20 (vinte) dias a duração da licença-paternidade, prevista nos art. 7º, XIX, e 39, § 3º, da Constituição Federal, destinadas aos servidores e empregados públicos municipais de Pontal do Paraná, nos termos do art. 2º da Lei Federal 11.770/2008.

Art. 2º. Durante a licença-paternidade de que trata esta Lei, o servidor não poderá exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perder o direito à licença bem como da respectiva remuneração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 01 de junho de 2016.

EDGAR ROSSI

PREFEITO

RENAN DE OLIVEIRA SANTOS

PROCURADOR GERAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo nº. 0479/2016.

Mensagem nº 053/2016.

Anteprojeto de Lei 051/2016.

Autor: Poder Executivo

Sumula: "Institui, no âmbito Município de Pontal do Paraná, o prazo de licença-paternidade dos servidores públicos municipais."

I - Relatório:

O Prefeito Municipal visa à regulamentação do art.2º da Lei Federal 11.770/2008(Programa Empresa Cidadão), aderindo o Município, desta forma, à extensão do benefício da licença- paternidade destinada aos servidores públicos municipais.

Pela Constituição Federal, e pela Lei Orgânica e Regimento Interno, o Poder Executivo tem competência para propor o anteprojeto de lei.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal ao Poder Executivo propor o presente anteprojeto.

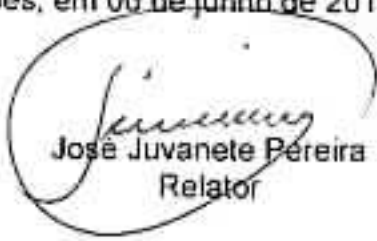
III – Voto

Em face do exposto, somos pela tramitação do anteprojeto de lei.

No mérito também deve ser apreciado de acordo com a convicção de cada parlamentar.

Por isso, voto pela sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2016.


José Juvanete Pereira
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Estado do Paraná

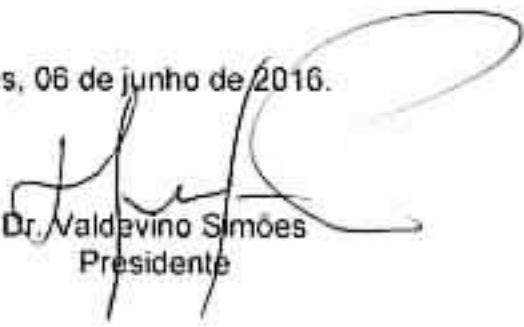
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

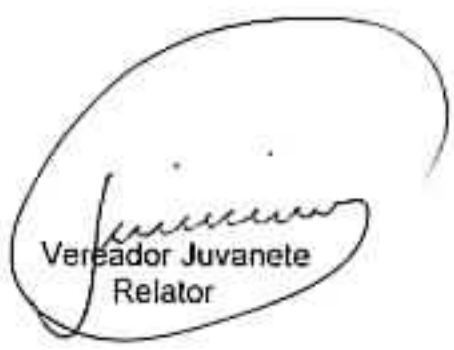
Resultado da Votação do Relatório do Relator.
Parecer da Comissão ao Anteprojeto de lei 051/2016.

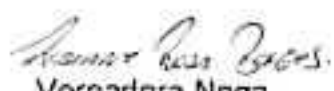
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em reunião no dia 06 de junho do corrente ano, opinou pelo prosseguimento do Anteprojeto de Lei em questão.

Estiveram presentes os Senhores vereador Dr. Valdevino Simões, Juvanete e a Vereadora Nega.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2016.


Dr. Valdevino Simões
Presidente


Vereador Juvanete
Relator


Vereadora Nega
Membro